



Anais da Assembléia

N. 73

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1987.
SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Nilton Barbosa.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Tulio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, David Cheriegate, Homero Oguido e Rafael Greca. (04). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de Redação Final aos Projetos de Lei ns. 91/87 e 106/87 constantes da Ordem do Dia de hoje, bem como o Projeto de Resolução n. 38/87.

Sala das Sessões, em 26.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 91/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 50/87), que altera os limites para abertura de créditos suplementares para a Administração Direta e Indireta, fixados na lei n. 8.426, de 08.12.86, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 54/87), que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos a internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA sob o aspecto constitucional e financeiro. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Por ocasião da 2.ª Discussão desse Projeto levantava eu, nessa tribuna, que possivelmente a matéria fosse inconstitucional e que por isso eu ficava devendo esclarecimento, se um estudo de maior análise da matéria quando o Projeto viesse em 3.^a Discussão. E hoje então, procurarei, dentro do meu conhecimento e através de estudo que fiz com a minha assessoria, dar o meu parecer, o meu entendimento a res-

peito da matéria do Projeto que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração direta e indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas resoluções do Senado Federal.

Falávamos anteontem, da necessidade de estudar-se devidamente esse processo e Vejam bem, então, a análise que fizemos.

Em primeiro lugar empréstimos, sejam internos ou externos, são operações financeiras e de que podem se valer os Estados para prover o custo de obras e serviços de grande vulto, para os quais a sua receita ordinária se mostre insuficiente. Tais empréstimos, desde que recebidos pelo Estado, passam a compor a sua receita corrente ou de capital. A matéria é tratada pela Lei n. 4320/64 - mais conhecida como "Código Tributário". Tais empréstimos - tanto faz se internos como é o caso, como externo - devem vir precedidos de autorização legal da Assembléia. E por quê, Senhores Deputados?

Simplesmente porque, vejam bem, todo empréstimo representa uma obrigação financeira extraordinária. São obrigações financeiras extraordinárias todos os empréstimos, aval e fiança. Eles não são atos comuns da administração, não são atos administrativos comuns que são da alçada exclusiva do Poder Executivo, são atos extraordinários. Essa é a razão do porquê - como o próprio Projeto menciona - deve situar-se dentro dos limites globais fixados em resolução do Senado Federal para a dívida consolidada dos Estados.

E o que é dívida consolidada?

Dívida consolidada é toda e qualquer obrigação contraída pelo Estado decorrente de financiamento ou empréstimo mediante contrato, emissão e aceite de títulos ou concessão de aval, de fiança, de garantia que represente compromisso assumido em um exercício para resgate em outro exercício subsequente.

Aliás, este é o texto do parágrafo 1.º do artigo 2.º da resolução do Senado, que está aqui no Diário do dia 23, inclusive.

Hoje o limite global é de 70% da receita realizada no exercício financeiro anterior. Afinal tudo isto que esta Casa está autorizando, vai aumentar a dívida consolidada do Estado, ou seja, vai aumentar o déficit público interno do País. Mas não vamos entrar no mérito da questão. Como já deixei bem claro na minha discussão anteontem, é apenas em relação à parte formal que fiquei de vir à tribuna para esclarecer.

O artigo 42, no item 4.º da Constitui-

ção da República; trata da dívida consolidada dos Estados, dos seus limites, que deverão ser fixados por proposta do Presidente da República. A Constituição do Estado em seu artigo 21, inciso 3.º, diz que neste caso o assunto compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador.

O Projeto também dispõe sobre a dívida pública estadual e autoriza a abertura de operações de crédito.

Senhores Deputados, é de competência desta Casa autorizar, dentro dos limites da Lei, a abertura de qualquer operação de crédito, bem como dispor sobre a dívida pública estadual, que é a dívida consolidada de que falamos há pouco.

Mas aqui não diz porque isto viria a ferir preceito constitucional. Não diz que esta prerrogativa deve ser transferida para o Executivo; transferida para que este possa contratar operações de crédito sem autorização de Legislativo.

E mais, no artigo 32 conceitua que a despesa pública obedecerá à Lei Orçamentária Anual que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

No parágrafo 3.º, letra "b", complementa dizendo que é vetada a concessão de créditos ilimitados. Poupamo-nos aqui de quaisquer comentários porque, na verdade, não estamos entrando no mérito da questão. Este Projeto é mais um que se aprova nesta Casa a "toque de caixa". Não é preciso dizer em vista de tais evidências que estamos aprovando uma lei inconstitucional, uma lei que fere diversos princípios legais, tanto das Constituições da República, como da Estadual, e ainda de leis formais.

A responsabilidade é de todos nós. Nosso voto, mais uma vez, é contrário à aprovação do projeto, pela sua flagrante inconstitucionalidade. E fique registrado nos Anais desta Casa que hoje se aprova um Projeto viciado; viciado porque é inconstitucional. A resolução do Senado deixa claro que as operações de crédito são feitas isoladamente e não globalmente. Para cada uma há que se observar as suas disposições.

Como então se admitir que esta casa autorize o Executivo a contrair toda e qualquer dívida que quiser, sem autorização legislativa?

Senhores Deputados, a nós, que formamos a minoria desta Casa, somos quinze Deputados, embora todos com a mesma legitimidade que os demais trinta e nove, a nós só resta usar o direito de espernear. Sabemos que seremos vencidos. Aliás, esta é a derradeira votação, mas isto não importa. O que importa é mostrarmos os erros legais e mesmo políticos, e até de mérito. O que importa é a certeza que estamos cum-

Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)-
Concedo a palavra ao Senhor Deputado
Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente
e Senhores Deputados.

O Deputado Algaci Túlio, além das suas considerações acerca da Mensagem que discutimos, e além de certamente ter falado em nome da sua bancada, trouxe também, para abrilhantar ainda mais a sua presença nesta Tribuna, como Parlamentar de Oposição que é, cômico de suas responsabilidades, um artigo escrito num Jornal eminentemente peemedebista, o "Correio de Notícias", Jornal caracterizado como da situação, por serem os seus dirigentes e proprietários, integrantes e homens da direção do PMDB, do Paraná. Trouxe o Deputado Algaci Túlio, um artigo escrito por Renato Schaitza, um dos mais brilhantes Jornalistas da área política do Estado, que conhece muito bem o funcionamento desta Casa. Nós o conhecemos há longos anos, desde quando prestava assessoria ao ilustre Parlamentar Erondy Silvério, quando líder, em várias legislaturas nesta Casa, ao partido e aos partidos a que eu pertencia.

Vejam bem os Senhores, que não apenas nós, Deputados da oposição, estranhamos este cheque em branco que se dá, esta autorização ilimitada que contraria dispositivo constitucional, mas também lá fora, jornalistas e homens que informam a população do Estado se surpreendem, porque nós não estamos aqui negando a Álvaro Dias uma autorização por falta-lhe dignidade pessoal, competência e interesse em bem conduzir o Estado.

Mas, disse bem o artigo de Renato Schaitza, lido aqui pelo Deputado Algaci Túlio, que o Governador do Estado é um homem de carne e osso, passível de erros e enganos e que esta Casa não pode, portanto, abrir mão da sua competência principal. Aliás, a competência é que faz valer a razão da nossa existência e da existência do Poder Legislativo, da competência fiscalizatória dos atos do Executivo.

E o que nós entendemos, ao invés de se dar uma lei que autoriza o Senhor Governador a contratar empréstimos durante todo o seu governo, sem conhecermos como já foi dito ontem, o seu Plano de Governo e as obras principais inseridas nestes valores, é que o Senhor Governador do Estado deveria encaminhar a esta Casa nas devidas oportunidades, tais pedidos de modo que nas autorizações da Casa Legislativa ao Executivo, nós Parlamentares soubéssemos com precedência a destinação dos recursos e os valores dos recursos. Vejam que a Constituição repete, em mais de um artigo,

dizendo que o Poder Legislativo não pode dar autorização de valores ilimitados.

E quando nós falamos em Orçamentos anuais e plurianuais, de 1987 a 1991, nós estamos falando de obras que não sabemos e de valores que desconhecemos.

Preocupa-nos isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque nós sabemos que o Estado, a exemplo dos demais Estados do País, está sem condições de pagar suas folhas de pagamento de funcionários, e sequer os juros de sua dívida externa. Precisamos saber nas Casas Legislativas, qual a situação econômica, financeira dos Estados. Por isso, a razão do nosso voto contrário, Senhor Presidente e da nossa presença aqui nesta manhã, mais uma vez. Poderíamos estar ausentes, não vir aqui nesta convocação extraordinária, evitando assim que não se criticasse o Senhor Governador. Queremos dar a nossa parcela de contribuição, mas não poderíamos deixar de registrar aqui, mais uma vez, a nossa discordância pela forma como inclusive, já o dissemos antes, que se encaminhou o Projeto nesta Casa. Além da amplitude da lei, formou-se aqui, uma Comissão Geral, evitando-se que esta matéria fosse para as Comissões Técnicas para ser estudada, analisada melhor e com o devido tempo e prazo regimental para que as Comissões, Senhores Deputados, oferecessem a inteligência dos seus trabalhos e a obrigação fiscalizadora desta Casa, para que o Paraná soubesse que estamos todos nós, atentos às coisas que acontecem no Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Continua em discussão.

Em votação. **Aprovado.** Registrados os votos contrários dos Deputados Algaci Túlio, Alexandre Ceranto e Basílio Zanusso.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 38/87, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI e OUTROS, que determina a sustação de processos crimes contra o Deputado Algaci Túlio, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA sob o aspecto constitucional. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Peço que conste na Ata que eu me abstenho de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência determinará que conste da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, para registrar nosso voto favorável devido a antiga luta do

prindo com o nosso dever. Que não estamos traindo aqueles que em nós confiaram e nos deram seu voto.

De mais a mais, as grandes vitórias são feitas de pequenas derrotas.

Seria talvez conveniente que nossos nobres colegas da Bancada majoritária examinassem com mais profundidade este Projeto. A propósito, vejam o que diz no dia de hoje matéria do conceituado Jornalista Renato Schaitza, do "Correio de Notícias" sob o título "Cheque em Branco". Vejam o conteúdo da matéria: "É bem velhinha a história daquele sábio árabe que mandou seu filhinho trepar num galho de árvore e de lá saltar nos fortes braços paternos.

O menino pulou, confiante. O sábio tirou o corpo e a criança se esborrachou em dor, susto e desilusão".

Vejam bem; "A Assembléia Legislativa aprovou com docilidade, Projeto de Lei que autoriza o Governo a contrair empréstimos públicos sem prévia autorização legislativa, como determina a lei.

Isso não significa que o Governador vá sair tomando dinheiro a torto e a direito, nem que o Paraná sofra prejuízos. Significa, simplesmente, que o Governador pode contrair dívidas absurdas e que, por consequência, o Estado também tenha danos.

Para entender melhor, vamos transpor para a vida. Eu confio demais naquele meu irmão querido e correto, nem por isso lhe forneço um talão de meus cheques, inteirinho e assinado. Para quê? Se ele precisar de dinheiro o que eu tenho lhe dou. Irmão é para estas coisas. Venha e peça.

O que o Legislativo fez foi assinar um cheque em branco para o Executivo, e para quê? Sempre que houver interesse público, e, às vezes até sem ele, como os milhões de dólares para a Usina de Segredo, o Legislativo estará pronto a endossar os empréstimos feitos em nome do povo. É até maldade que faria contra meu irmão se lhe entregasse um talão de cheque assinado em branco. A fantasia mais traiçoeira que a maldade veste, neste mundo, chama-se tentação!

Disseram os Deputados do PMDB, na Assembléia, que a pré-autorização, não tem maior efeito, a Legislação Federal bitola a capacidade de endividamento dos Estados a um percentual das suas arrecadações tributárias. Conversa para estimular menininho a pular da árvore! Se não houvesse qualquer objetivo, ninguém se lembraria de pedir uma lei esdrúxula, que consiste exatamente em negar uma condição expressa em Lei.

Determinar que o Governo pode tomar dinheiro sem dar satisfações a ninguém do povo, quando a Legislação antecedente determina a necessidade absoluta de serem ouvidos os representantes do povo, para

que o Estado seja parte legal na tomada de empréstimos. A própria questão legal é movida, e atenção OAB, para a sequência dos fatos: está correto que um Poder abra mão de prerrogativa homologatória quando ela visa, exclusivamente precaver a correta aplicação de dinheiros públicos? Outra justificativa levantada para esta autorização prévia diz que facilita entendimentos com possíveis fontes deste numerário, poupando burocracia.

A atenção que os representantes do povo deveriam ter com o dinheiro do contribuinte, que lhes paga para isso, ganhou esta etiqueta pejorativa de burocracia. Uma coisa ninguém pode negar: os Deputados abdicaram de um Poder que seria do povo; o Legislativo abriu mão de prerrogativa fiscalizadora. Foi bom, foi bem recebido o episódio das comissões de corretagem pagas durante o Governo Richa, foi um empréstimo, devidamente autorizado pela Assembléia, certinho, ainda assim deu no que deu, pelo simples fato de que os Deputados não se inteiraram dos contratos finais. A lição não serviu. Bem longe de exigir participação maior na fiscalização deste negócio, a Assembléia ainda abre mão dos poucos poderes que tem. Temos um Governo confiável, repito, temos um Governo confiável, todos o são. Exigências legais, acauteladoras, não são feitas para humilhar ninguém. Ocorre que a vida muda. Todos somos falíveis. Importante é não renegar princípios, para que o seu desuso em episódios não prejudique a própria essência. A exigência de aprovação prévia para endividamento é um princípio que funciona mal. Prova disso é a nossa dívida externa, mas quem abdica do pouco, conforma-se em não ter nada. O simples debate público sobre convenientes e inconvenientes de determinados empréstimos do Legislativo dá condições de que a sociedade pelo menos se inteire do assunto. Inteirava-se. Agora só saberá na hora de pagar!"

É a matéria publicada, hoje, no "Correio de Notícias" e assinada pela conceituado Jornalista Renato Schaitza, matéria esta que usei para alertá-los em relação à mensagem que discutimos.

Repito mais uma vez, é uma mensagem inconstitucional, não entro no mérito do assunto, apenas vim mais uma vez a esta tribuna, como já o fiz em 2.^a discussão, para demonstrar a minha posição.

Voto contrário, pela inconstitucionalidade da matéria.

Era só, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em discussão a matéria.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Peço a palavra,

nosso Partido pelo direito de expressão. E o Deputado Algaci Túlio exerce na sua vida profissional a função de radialista e nesta, tem o pleno direito de expressar as suas idéias, razão pela qual concordamos plenamente com o Projeto do Deputado Antônio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante

do expediente, solicitando dispensa de Redação Final aos Projetos de Lei ns. 91/87 e 106/87, constantes da Ordem do Dia de hoje, bem como o Projeto de Resolução n. 38/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Ordinária para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a Ordem do dia já anunciada e mais

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar ns. 329/85 e 99/86.

Levanta-se a sessão.